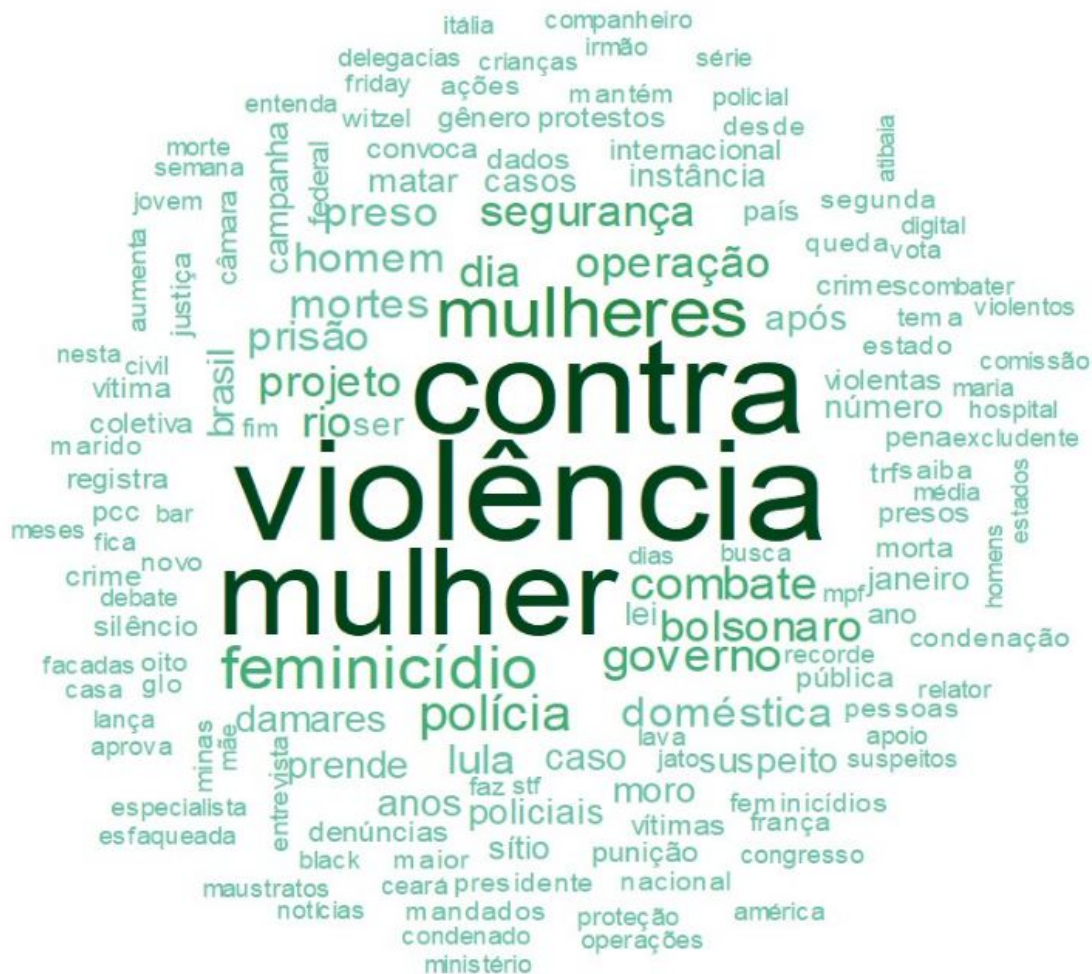


Na semana do 25 de Novembro, violência contra a mulher foi destaque na mídia

Cobertura também menciona excludente de ilicitude em mortes cometidas por policiais e divulgação de dados do Monitor da Violência

A semana que passou foi marcada pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, segunda (25). A data foi designada pela Organização das Nações Unidas, em 1999, e direcionou mais uma vez o noticiário da segurança para o tema da violência contra a mulher. Entre os fatos que repercutiram na mídia, destaca-se a “entrevista coletiva” da ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damarens Alves, que convocou a imprensa para permanecer em silêncio. O ato esteve vinculado à campanha do Governo Federal #VcTemVoz, que pede a quebra do silêncio sobre as violências sofridas pelas mulheres, estimulando-as a denunciar. As discussões sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência alcançaram cerca de 26% do conteúdo da mídia no período. A divulgação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) indicando que ocorreram, no mínimo, 3.529 feminicídios nos países da América Latina em 2018 também teve destaque.

[\(Boletim Fonte Segura nº 17, 3 a 10/12/2019 - acesse na íntegra no site de origem\)](#)

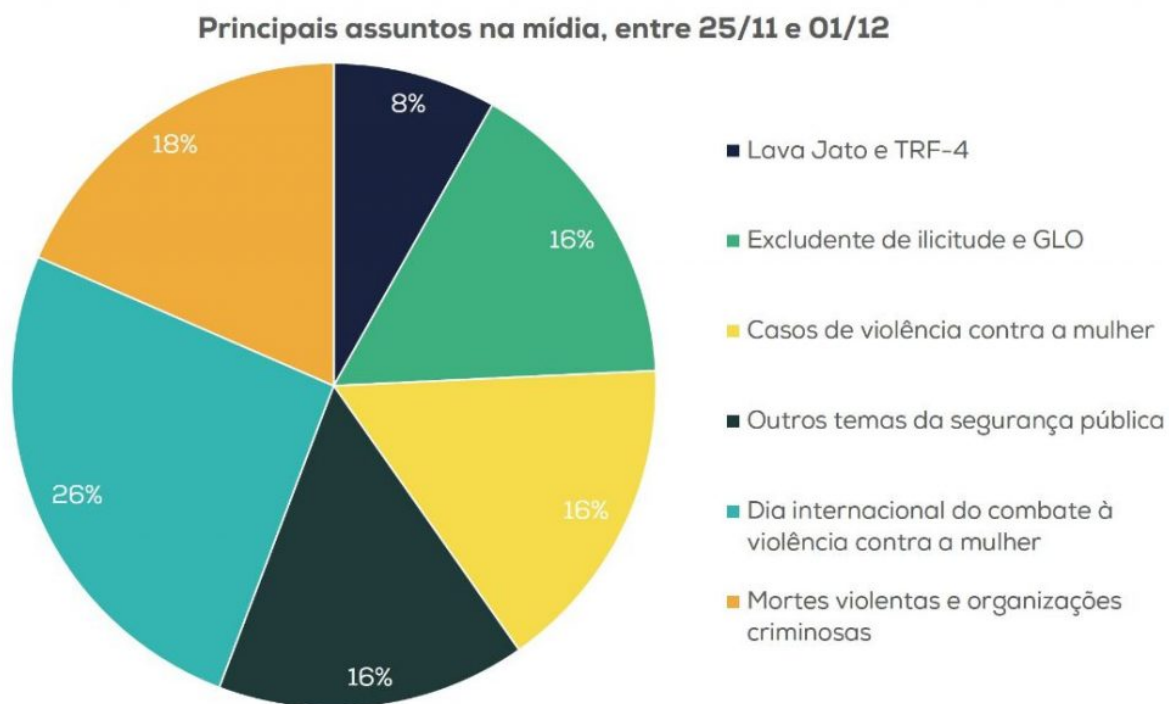


Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem com as manchetes do textos.

No entanto, análises anteriores do Fonte Segura apontam que a descrição de casos de feminicídios ainda é predominante na cobertura dos jornais e portais. Esta abordagem sobre a violência contra a mulher na mídia continua em alta, representando 16% do noticiário. A nuvem de palavras acima mostra a centralidade dos dois temas descritos na semana.

Notícias referentes a mortes violentas e organizações criminosas ocuparam 18% da cobertura da mídia. Isto deve-se à divulgação de novos dados do Monitor da Violência (parceria do G1, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Núcleo de Estudos da Violência/USP), que mostram que entre janeiro e setembro todos os estados brasileiros tiveram redução nos homicídios, totalizando queda de 22%. A megaoperação policial Flashback, que cumpriu 110 mandados de prisão em oito estados, também esteve em evidência. A

operação dirigia-se a organizações criminosas, principalmente o Primeiro Comando da Capital (PCC). O principal estado envolvido foi Alagoas, onde foram cumpridos 66 mandados, contando com articulação do Batalhão de Operações Especiais (Bope), da Radiopatrulha (BPRp) e outras organizações da polícia.

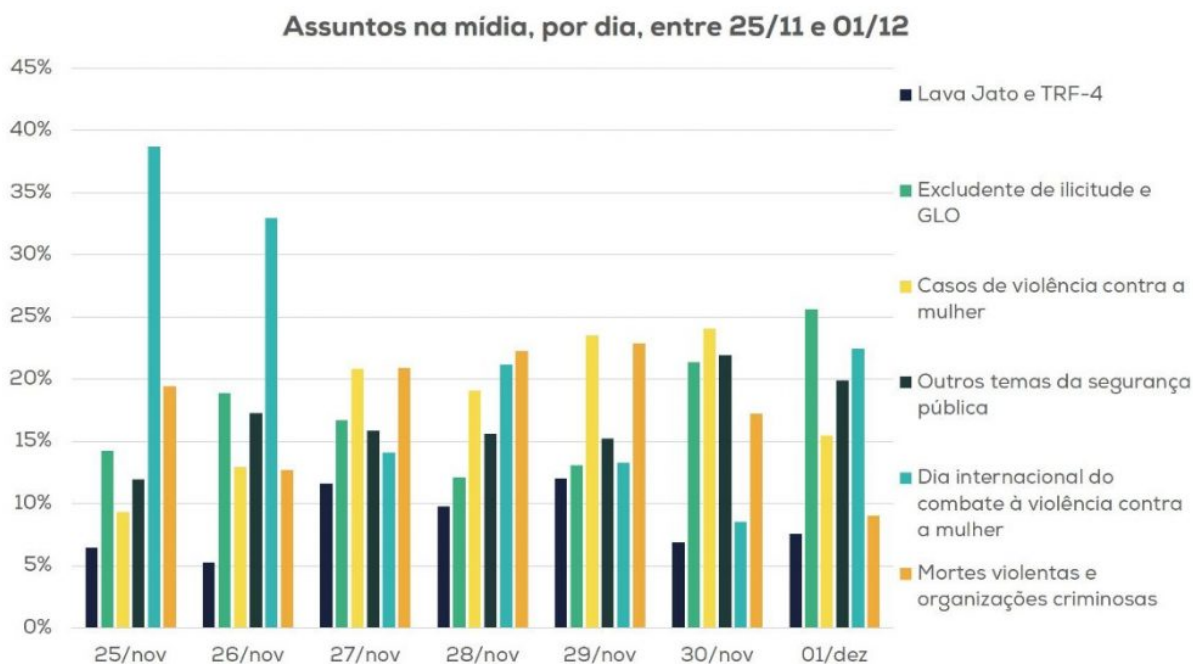


Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

O excludente de ilicitude em operações de Garantia de Lei e Ordem continua tendo espaço no noticiário. Na segunda-feira (25), o presidente Jair Bolsonaro declarou que a medida poderia auxiliar no combate a protestos violentos e ações de vandalismo. Porém, na quinta-feira, o presidente desmentiu a declaração em uma live no Facebook, negando que o projeto tenha como objetivo conter protestos populares. Estas declarações de tendência autoritária do presidente têm sido preocupação de grupos de defesa dos direitos humanos. O tema configura cerca de 16% do conteúdo sobre segurança pública.

A Operação Lava Jato também repercutiu na mídia nesta semana. Na quarta-feira (27), os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) mantiveram a condenação do ex-presidente Lula no caso do sítio de

Atibaia, por lavagem de dinheiro e corrupção. O advogado do ex-presidente, Cristiano Zanin, declarou que a decisão do TRF-4 é contraditória com a entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que aponta que os réus delatados devem depor após pronunciamento dos réus delatores. Este caso obteve 8% da atenção da imprensa especializada.



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Structural Topic Modelling.

Outros temas da segurança pública ocuparam os 16% restantes do noticiário semanal. Entre os tópicos está a decisão do STF referente ao compartilhamento de dados financeiros. A Suprema Corte definiu, no dia 28/11, que é legítimo o compartilhamento de informações entre a Unidade de Inteligência Financeira (UIF), antiga COAF, e a Receita Federal com o Ministério Público e Polícia Federal sem prévia autorização judicial. Por fim, uma rápida mudança de decisão do Governo Federal chamou a atenção esta semana. O governo havia publicado no Diário Oficial da União (DOU) sanção a projeto que autoriza a interceptação de correspondências de presos. Porém, em uma publicação extra no DOU do mesmo dia, o presidente voltou atrás e vetou o projeto.